
Brasil

Paulo Miguel Madeira*, Bárbara Ferreira, Pedro Candeias***,
João Peixoto**** e Duval Fernandes*******

* CEG, IGOT, Universidade de Lisboa, ** Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, *** Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, Portugal Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Investigação em Ciências Sociais e Gestão (SOCIUS/CSG), Portugal, **** SOCIUS/CSG, ISEG, Universidade de Lisboa, ***** Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC Minas.

OEm Country Reports

06

maio de 2020

O Brasil é o país com a maior e mais antiga tradição de emigração portuguesa, embora em regressão desde os anos 60 do século XX. Depois de um início de século a rondar as 500 entradas por ano, em 2010 o Brasil tornou-se mais atrativo para os portugueses, verificando-se, nesse ano, um aumento de 93% em relação ao anterior. O crescimento económico do Brasil na primeira década do século, e a crise financeira juntamente com a intervenção da *Troika* em Portugal, podem ser fatores que explicam o crescimento da emigração portuguesa para este país, cujo pico se deu em 2013, com um valor aproximado de 3,000 entradas. Comparando três vagas da emigração portuguesa para o Brasil, verifica-se um aumento progressivo da escolarização dos emigrantes portugueses, com uma emigração recente onde predominam as atividades qualificadas entre os chegados na primeira década do século.

Title Brazil.

Abstract Brazil is the country with the largest and oldest tradition of Portuguese emigration, although in regression since the 1960s. After a century beginning around 500 entries per year, in 2010 Brazil became more attractive to the Portuguese, with an increase of 93% over the previous year. Brazil's economic growth in the first decade of the century, and the financial crisis together with the Troika's intervention in Portugal, may be factors that explain the growth of Portuguese emigration to this country, which peaked in 2013, with a value of approximately 3,000 entries. Comparing three waves of Portuguese emigration to Brazil, there is a progressive increase in the schooling of Portuguese emigrants, with a recent emigration where qualified activities predominate among those arriving in the first decade of the century.

Palavras-chave Brasil, emigração portuguesa, estatísticas de emigração.

Keywords Brazil, Portuguese emigration, emigration statistics.

Nas publicações do OEm usa-se a formatação anglo-saxónica dos números:
os milhares são separados por vírgulas e as casas decimais por pontos.

Observatório da Emigração

Av. das Forças Armadas, ISCTE-IUL, 1649-026 Lisboa, Portugal

Tel. (CIES-IUL): + 351 210464018

E-mail: observatorioemigracao@iscte.pt

www.observatoriodaemigracao.pt

Índice

Índice de quadros e gráficos	4
Introdução	6
1 Fluxos de entrada	8
1.1 Principais características do fluxo de portugueses	10
2 Stocks da população emigrada	16
2.1 Caracterização dos inquiridos	17
2.2 Níveis de escolarização	18
3 Distribuição geográfica	21
4 Integração económica.....	26
5 Remessas.....	30
6 Naturalização e trajetória migratória	32
7 Aspetos a reter	34
Referências bibliográficas	36

Índice de quadros e gráficos

Quadros

Quadro 1	Quadro 6 Emigrantes portugueses ou nascidos em Portugal residentes no Brasil, 1990-2013: comparação de fontes.....	19
Quadro 2	Nascidos em Portugal residentes no Brasil, por estado de fixação, entre 2000-2010.....	23
Quadro 3	Rendimento médio dos portugueses residentes no Brasil, por período de chegada.....	29

Gráficos

Gráfico 1	Nascidos em Portugal com autorização de residência no Brasil, 2000-2014.....	13
Gráfico 2	Vistos de trabalho concedidos a portugueses no Brasil, 2004-2015.....	13
Gráfico 3	Pedidos de vistos de trabalho por portugueses no Brasil, segundo o sexo, 2008-2013.....	14
Gráfico 4	Idade média de pedidos de vistos de portugueses residentes no Brasil.....	14
Gráfico 5	Naturais de Portugal com autorização de residência, 2000-2014, e com autorizações de trabalho, 2008-2013, no Brasil, por grupo etário, segundo o sexo.....	15
Gráfico 6	Emigrantes portugueses no Brasil, por qualificação, segundo o ano de entrada, 2008-2013.....	15
Gráfico 7	Nascidos em Portugal residentes no Brasil, por período de chegada.....	19
Gráfico 8	Nascidos em Portugal residentes no Brasil, por período de chegada, segundo o grupo etário.....	20
Gráfico 9	Nascidos em Portugal residentes no Brasil, por grau de instrução, segundo o período de chegada.....	20
Gráfico 10	Nascidos em Portugal residentes no Brasil, por estado de fixação, segundo o sexo, entre 2000-2010.....	24
Gráfico 11	Nascidos em Portugal residentes no Brasil, por estado de fixação, segundo o grupo etário, entre 2000-2010.....	24
Gráfico 12	Nascidos em Portugal residentes no Brasil, por estado de fixação, segundo o grau de instrução.....	25
Gráfico 13	Taxa de emprego dos nascidos em Portugal residentes no Brasil, por período de chegada, segundo a situação perante o trabalho.....	28

Gráfico 14	Nascidos em Portugal residentes no Brasil, por período de chegada, segundo o estatuto no trabalho	28
Gráfico 15	Remessas do Brasil recebidas em Portugal, 2000-2017	31
Gráfico 16	Nascidos em Portugal residentes no Brasil, por período de chegada, segundo a nacionalidade	33
Gráfico 17	Portugueses residentes no Brasil por país de residência anterior, excepto Portugal (reemigração), 2010	33

Mapas

Mapa 1	Portugueses chegados ao Brasil entre 2000 e 2010	23
--------	--	----

Introdução

O Brasil é um destino histórico da emigração portuguesa, que pode ser remontando ao expansionismo da “Era dos Descobrimentos”. Passada a fase colonial e consolidada a identidade brasileira após a sua independência, em 1822, deu-se, o que se pode denominar como o início de uma corrente migratória nos termos em que atualmente se concebe este fenómeno. A imigração portuguesa para este país remonta à segunda metade do século XIX e deriva das sucessivas crises económicas por que então Portugal passou.

A crise de 1889-1892 fez disparar o número de saídas para um dos países mais promissores do Novo Mundo¹, tendência que se estenderia até finais da década de 1960. Já após o fim das ditaduras em Portugal (1974) e no Brasil (1985), e graças a conjunturas económicas divergentes e à partilha da lusofonia, ocorreria uma nova fase da corrente migratória para o Brasil.

As novas dinâmicas do capitalismo global orientavam a sua atenção e os fluxos de capital para alguns países emergentes, nomeadamente para os BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), *gigantes* com uma enorme massa de trabalhadores e potenciais consumidores, que apresentavam taxas de crescimento do PIB invejáveis no início do século XXI. Esta nova conjuntura económica, aliada ao governo do Partido Trabalhista liderado por Lula da Silva - que implementou algumas políticas sociais e redistributivas inéditas no país - começava a tecer argumentos para o retorno de parte da diáspora brasileira, incluindo aquela que se tinha instalado em Portugal, na sequência da década perdida no Brasil devido à crise associada à sua dívida externa, e aproveitando também as oportunidades abertas pela entrada do país na então CEE.

A crise financeira de 2008 com origem nos Estados Unidos e a Grande Recessão que se lhe seguiu, agravada a partir de 2010 pelas políticas pró-cíclicas da zona euro, impulsionou ainda mais essa tendência junto dos imigrantes brasileiros, a que se começou a juntar também um crescente número de portugueses que sofriam com a austeridade no país (Fernandes & Faria, 2015; Finotelli et al., 2013).

Contudo, os últimos anos têm revelado uma nova fase negativa da economia brasileira, primeiro com um forte abrandamento do crescimento desde o pico de 2010, seguido de quase estagnação em 2014, e de recessão em 2015 em 2016, associada a uma forte queda dos

¹ Vide, por exemplo, Martins (1997).

preços das matérias-primas no mercado internacional e à instabilidade política interna. Em 2017 houve um pequeno crescimento de 1%, acompanhado por um desemprego elevado.

Neste *Country Report*, além de uma breve síntese do contexto histórico da emigração portuguesa para o Brasil, apresenta-se uma análise centrada no período mais recente, explorando as principais fontes estatísticas disponíveis, até à data final deste artigo.

Página do Brasil no sítio electrónico do Observatório da Emigração:

<http://observatorioemigracao.pt/np4/paises.html?id=31>

1 Fluxos de entrada

O Brasil foi, durante um longo período da sua História, um importante receptor de fluxos migratórios. Além dos portugueses do continente², que no final do século XIX começaram a emigrar massivamente para este país, italianos, espanhóis e alemães, em menor extensão, juntaram-se a este fluxo transatlântico³ (Fernandes, Castro, and Knup 2013: 226).

Por ser um dos países com a maior e a mais antiga tradição de emigração portuguesa, há uma vasta produção científica dedicada aos portugueses no Brasil. No entanto, este aspeto explica também o facto de, a produção científica com início na década de 1980 até à atualidade, se ter centrado em estudos históricos (com exceções), sendo a migração contemporânea pouco estudada (Candeias, Ferreira e Peixoto, 2014: 24).

A informação sobre o fluxo anual recente de portugueses para o Brasil encontra-se sobretudo em duas fontes oficiais brasileiras: o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do Brasil, entidade que concede as autorizações de trabalho a estrangeiros no país, através da Coordenação Geral de Imigração (CGig); e o Ministério da Justiça (MJ), por meio da Polícia Federal – instituição responsável pelo registo nacional de estrangeiros, obrigatório para todos os que desejam residir no país temporariamente ou definitivamente⁴.

A informação disponível sobre o fluxo recente de portugueses para o Brasil enferma, contudo, de um problema adicional face às tradicionais dificuldades inerentes aos dados estatísticos sobre migrações internacionais – os portugueses podem viajar para o Brasil como turistas, sem necessitarem de visto, e podem permanecer no país durante três meses, situação renovável por mais 90 dias, perfazendo 180 dias por ano.

Esta prerrogativa facilita a obtenção de trabalho de forma irregular, sem o visto requerido para o efeito, o qual tende a ser restritivo do ponto de vista das qualificações e experiência profissional exigida (cf. Fernandes, Castro e Knup, 2013). Estas situações irregulares, não refletidas pelo sistema estatístico, parecem ser facilitadas pelo frequente recurso ao trabalho informal no mercado de trabalho brasileiro (*id.*: 236-237). Apesar desta

² Os portugueses das regiões insulares mostraram curiosamente outras preferências, como os E.U.A. (Açores) e a África do Sul (Madeira).

³ Do distante Oriente, partiram também milhares de imigrantes do Japão, após o acordo celebrado em 1908 entre os dois governos.

⁴ “Os registos activos referem-se aos cidadãos que têm autorização de residência, temporária ou definitiva, e que estão com a documentação em ordem e dentro do prazo de validade, independentemente de estarem residindo, no momento, no Brasil” (Fernandes & Faria, 2015, p. 179).

limitação, estas são as fontes mais abrangentes, refletindo as tendências e variações nos fluxos, mesmo que não refletiam a sua dimensão exata.

A informação disponibilizada pelo Ministério da Justiça (através dos dados da Polícia Federal) demonstra que, após um período estável abaixo das mil entradas por ano houve, em 2005 e 2006, um aumento considerável dos registos de cidadãos naturais de Portugal, provavelmente relacionado com o crescimento económico que o Brasil estava a viver (gráfico 1). Após uma quebra ligeira em 2007 e 2008, a tendência de crescimento da emigração portuguesa torna-se especialmente notável, o que revela o impacto da crise internacional no aumento dos fluxos para este país.

O facto de a recessão económica não ter afectado tanto os países emergentes como a região da EU, poderá explicar a ausência de uma quebra acentuada nas saídas de portugueses para o Brasil no período imediatamente a seguir ao eclodir da crise em 2008, ao contrário do que sucedeu para outros destinos (Marques & Góis, 2014, pp. 57-58).

A partir de 2011, ano em que os efeitos da crise económica já se tinham transfigurado em “crise da dívida soberana” e se deu a intervenção da *Troika* em Portugal, observa-se uma clara expansão dos registos activos de residentes portugueses e das autorizações de trabalho concedidas pelo MTE (gráficos 1 e 2). A modalidade de autorização de residência permanente tinha, desde 2000, mais registos na Polícia Federal do que a das autorizações temporárias e provisórias, situação que se inverteu em 2013.

Os registos activos (autorizações de permanência) da Polícia Federal representam um volume obviamente maior do que o das autorizações de trabalho atribuídas, no período comparável, mas ambos partilham um traço comum – os seus picos tinham ocorrido no ano de 2013 e mais do que quadruplicaram⁵ face ao valor verificado em 2008.

Apesar do aumento dos fluxos e da reemergência do Brasil como um destino importante para a emigração portuguesa na atualidade, a sua dimensão é ainda exígua relativamente à sangria observada na década de 1950⁶. Note-se igualmente que os dados mais recentes obtidos junto do Ministério da Justiça apresentam uma quebra importante de registos atribuídos no ano de 2014 (até novembro), em linha com a forte queda em 2014 e em 2015 dos vistos de trabalho concedidos pelo MTE a portugueses.

⁵ Os registos activos sofreram um aumento de 268% e as autorizações de trabalho de 255%.

⁶ Porém, ultrapassa já largamente os valores disponíveis para a década de 1970 – entre 5.000 e 9.000, respetivamente segundo (Baganha e Góis, 1998: 235) e Hernando et. al., apud Fernandes, Castro, and Knup (2013: 226). E os registos activos poderão aproximar-se dos valores registados na década de 1960 (70.000), se mantiverem a tendência que têm demonstrado desde 2011.

1.1 Principais características do fluxo de portugueses

Quer as autorizações de residência a pessoas naturais de Portugal concedidas pela Polícia Federal (do Ministério da Justiça), quer as autorizações de trabalho a cidadãos de nacionalidade portuguesa, por via dos vistos atribuídos pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), revelam, em traços gerais, características sociodemográficas similares. Porém, dada a diferente natureza dos dados, emergem algumas distinções que devem ser assinaladas.

A masculinização destes fluxos é evidente em ambas as fontes. Contudo, os vistos de trabalho exacerbam ainda mais esta tendência (gráfico 3), provavelmente por serem concedidos somente aos que emigram para trabalhar, e não aos cônjuges ou filhos que eventualmente os acompanhem.

Assim se explica que, no período de 2008-2013, o rácio de masculinidade dos vistos de trabalho concedidos compreenda valores entre 5,3 e 6,8 (84% a 87% de homens neste período), enquanto o global das autorizações de residência aponta para uma razão de 1,8 (65% de homens). Contudo, importa assinalar que o peso dos homens de origem portuguesa nos registos ativos de autorizações de residência aumentou nos últimos anos, o que sugere que a tendência de masculinização se aprofundou com as saídas pós-crise, a partir de 2008.

A média de idades registada através dos dados do MTE situava-se nos 40 anos, com ligeiras oscilações no período 2008-2013 (gráfico 4), enquanto a dos registos ativos de autorizações de residência se situa em 43,5 anos ao longo do período 2000-2014 (até novembro). As médias etárias relativamente elevadas demonstram que estes fluxos não se circunscrevem aos jovens que deixam o país para aí construir as suas carreiras profissionais.

Por serem uma fonte mais abrangente, os registos activos de autorizações de residência apresentam uma maior variedade de perfis etários do que os vistos de trabalho. Note-se que um pouco mais de um quinto dos homens e mulheres (22%) que solicitaram a autorização de residência têm 60 anos ou mais, o que contrasta com a esmagadora maioria de população em idade ativa (considerada até aos 59 anos) que solicita o visto de trabalho (gráfico 5). Curiosamente, em ambas as fontes, as mulheres de origem ou nacionalidade portuguesa apresentam um perfil etário mais jovem do que os homens.

Do ponto de vista das qualificações académicas, apenas passível de ser analisado através das autorizações de trabalho do MTE, os fluxos recentes exibem uma proporção muito significativa de qualificados⁷ – mais de 50% do total de vistos atribuídos em cada ano (gráfico 6). Contudo, nota-se algum declínio nos últimos dois anos disponíveis (2012 e 2013 3t), após o

⁷ Considera-se qualificado um trabalhador que tenha completado uma licenciatura no ensino superior.

pico registado em 2011, com 68% de entradas de qualificados com, pelo menos, o grau de licenciatura.

Inversamente, o peso da população com o ensino secundário (ou profissional) completo apresenta uma tendência de crescimento nos dois últimos anos. Vale a pena assinalar a taxa ínfima de emigrantes com menos do que o 8º ano de escolaridade (máx.= 4%, em 2009), o que pode indicar uma sub-representação das entradas de população pouco escolarizada com base nos vistos de trabalho. A ubiquidade do trabalho informal pode contribuir para a ocultação da dimensão real dos emigrantes menos qualificados.

No entanto, pode afirmar-se com segurança que o perfil tendencialmente dominante da maioria dos portugueses que foram trabalhar para o Brasil nos anos após a crise de 2008 e a intervenção da *Troika* é de emigração qualificada, técnica e/ou académica. Este nível de qualificações exprime-se no tipo de profissões que os emigrantes portugueses recentes tendiam a exercer no Brasil, até pelas lacunas existentes no seu mercado de trabalho. Assim, os cargos de “administrador” ou o de “diretor-geral de empresa” assumem a maior preponderância nos vistos de trabalho concedidos no período 2008-2013 (3º trimestre).

Isto é compatível com a expansão de empresas portuguesas para o Brasil, que pelo menos numa fase inicial, levam de Portugal grande parte da sua estrutura dirigente (os chamados “trabalhadores expatriados”). Outra parte destes quadros dirigentes deverá ir para empresas brasileiras, num quadro de crescente globalização da mobilidade empresarial e do recrutamento de cérebros.

Outras profissões de considerável dimensão estão relacionadas com o sector artístico (músicos e atores), ou profissões que requerem pouca qualificação escolar, mas forte qualificação profissional, como chefe de cozinha, gerente de estabelecimentos comerciais, marinheiro ou mestre da construção civil. O único grupo pouco qualificado que tem presença regular nesta lista é o de empregado de mesa (“*garçon*”).

Note-se que, para perto de metade destes pedidos de visto, não há informação sobre as atividades económicas em que os profissionais iam trabalhar. Para aqueles sobre os quais existe informação, entre as atividades mais representadas na fase inicial deste período encontravam-se: agências de viagens, empresas de aviação ou empresas de produção de energia e petrolíferas. Mais recentemente, os serviços de engenharia e a construção civil, assumiram maior protagonismo. As atividades artísticas também têm um peso importante, como seria de esperar, devido ao peso dos músicos e atores entre os profissionais que pediram vistos.

No caso das autorizações de residência, surgem outras categorias socioprofissionais não contempladas nos vistos de trabalho, como os estudantes, que no período 2000-2014 (até novembro) representaram 24% das ocupações assumidas pelos indivíduos nascidos em Portugal, ou os reformados, com um peso de 9%. Os dados do Ministério da Justiça

corroboram a magnitude dos cargos de direcção entre os emigrantes portugueses, com 13% do total de profissões assinaladas⁸.

Os dados da Polícia Federal mostram também que a população de naturalidade portuguesa estabelecida após 2000 tendia a concentrar-se nos estados de São Paulo (29,2%) e Rio de Janeiro (21,7). Com percentagens bastante inferiores, surgem os estados de Santa Catarina ou Ceará (6,2% e 6%, respetivamente) e Minas Gerais. A preferência pelo litoral é manifesta neste grupo de emigrantes, visto que entre os dez municípios onde mais portugueses declaram residir⁹, apenas São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba (Paraná) não se situam na costa, de acordo com dados da Polícia Federal (novos registos ativos, com dados acumulados de 2000 a 2014).

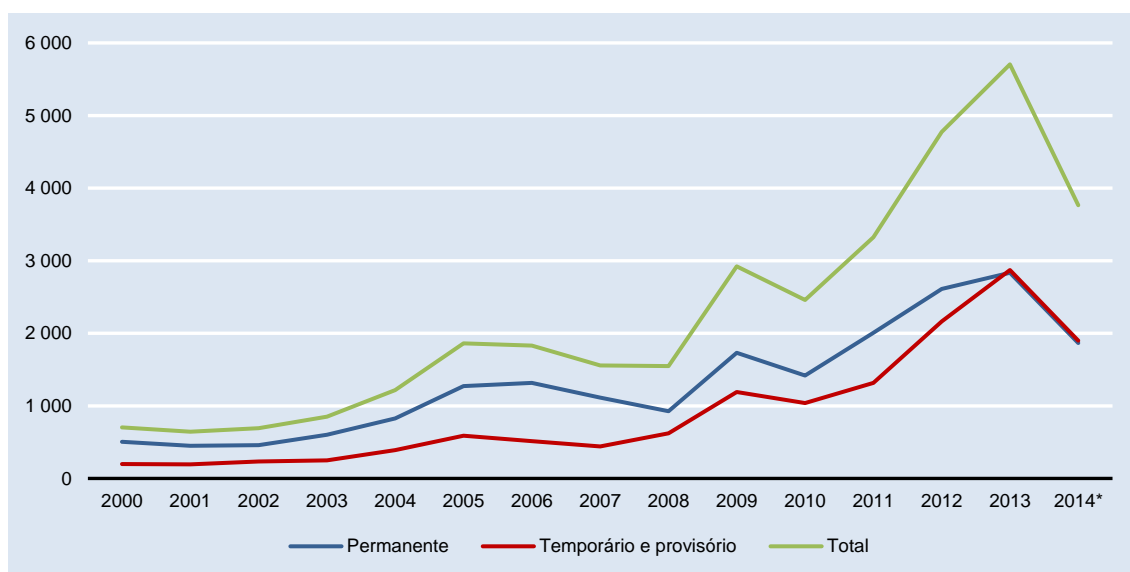
A inclinação de determinados grupos profissionais por algumas regiões é clara. Destaca-se o caso dos diretores ou gerentes, cujas principais regiões de residência eram São Paulo (23,6%), Ceará (15,5%), Rio de Janeiro (15,3%) e Rio Grande do Norte, especialmente em Natal (9,4%). Já os cerca de 8000 estudantes portugueses que se estabeleceram no Brasil entre 2000 e 2014 optaram pelo Rio de Janeiro (28%), São Paulo (22%) e Santa Catarina (17%).

[quadros, gráficos e mapas nas páginas seguintes]

⁸ Segue-se-lhe a categoria de “outra ocupação não classificada”, com um peso de 9,4%.

⁹ Por ordem decrescente e peso correspondente: São Paulo (17,7%), Rio de Janeiro (17,5%), Florianópolis (4%), Fortaleza (4%), Belo Horizonte (2,2%), Recife (2,2%), Natal (2,1%), Curitiba (1,9%), Salvador da Bahia (1,9%) e João Pessoa (1,7%).

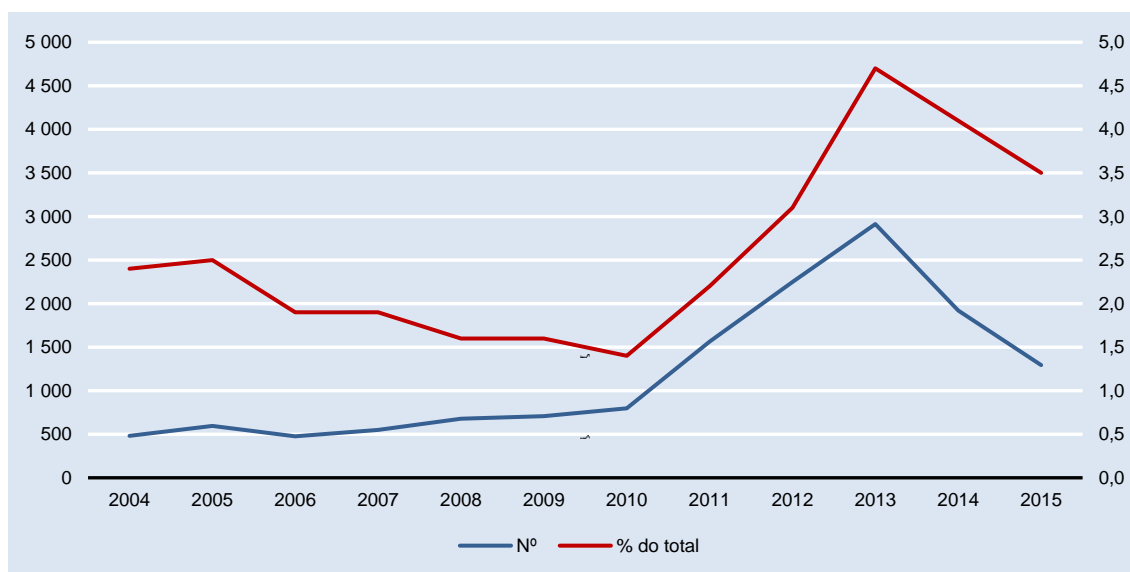
Gráfico 1 Nascidos em Portugal com autorização de residência no Brasil, 2000-2014



Nota Registos ativos. (*) Para o ano de 2014, os os valores de vistos concedidos foram apenas contabilizados até novembro.

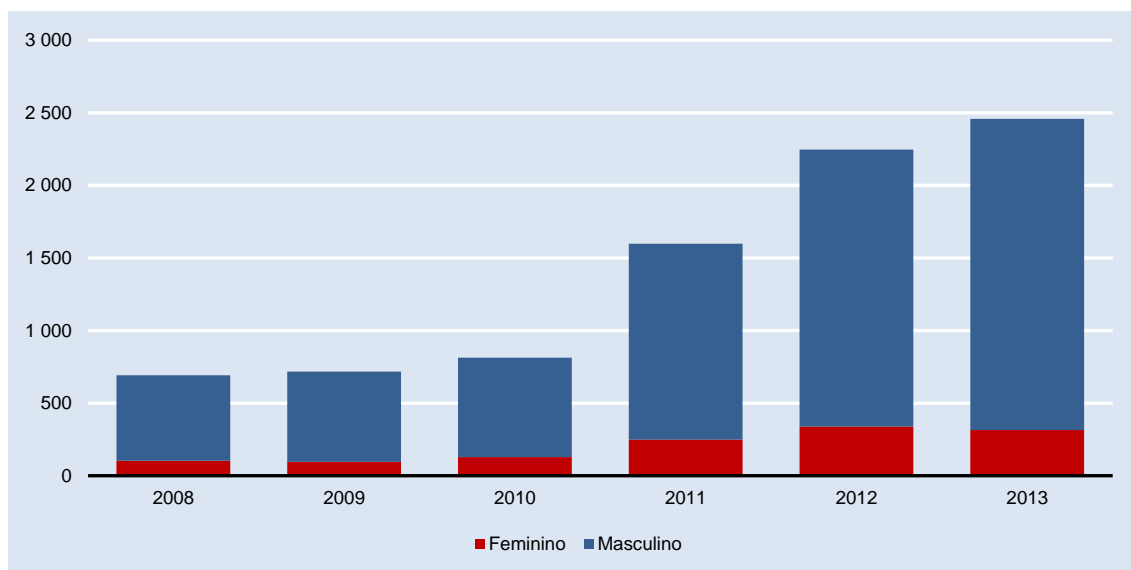
Fonte Polícia Federal (Ministério da Justiça do Brasil).

Gráfico 2 Vistos de trabalho concedidos a portugueses no Brasil, 2004-2015



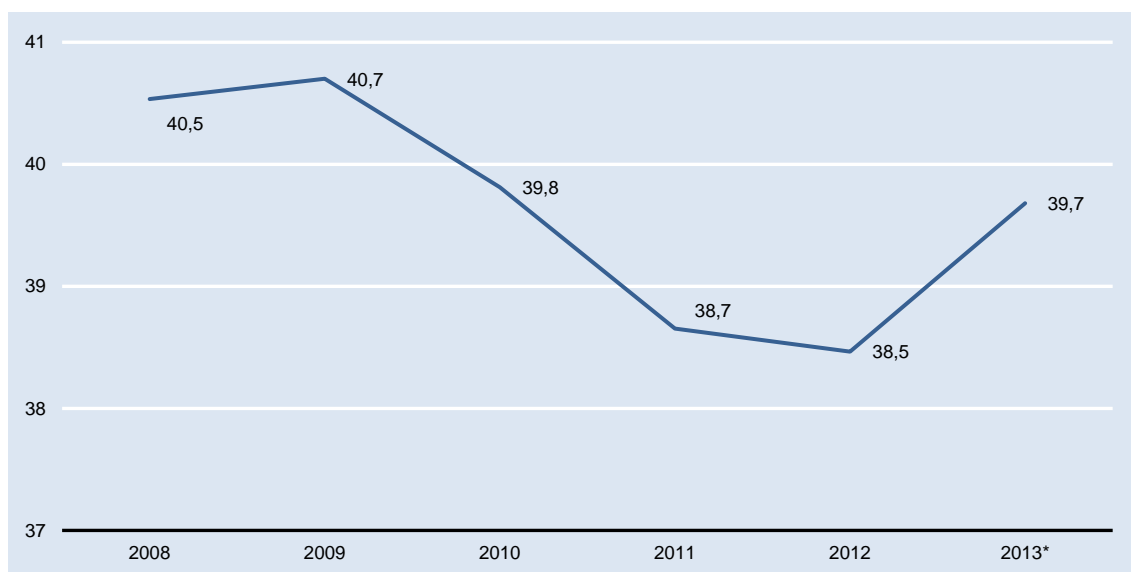
Fonte MTE (Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil), através do Observatório da Emigração.

Gráfico 3 Pedidos de vistos de trabalho por portugueses no Brasil, segundo o sexo, 2008-2013



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil.

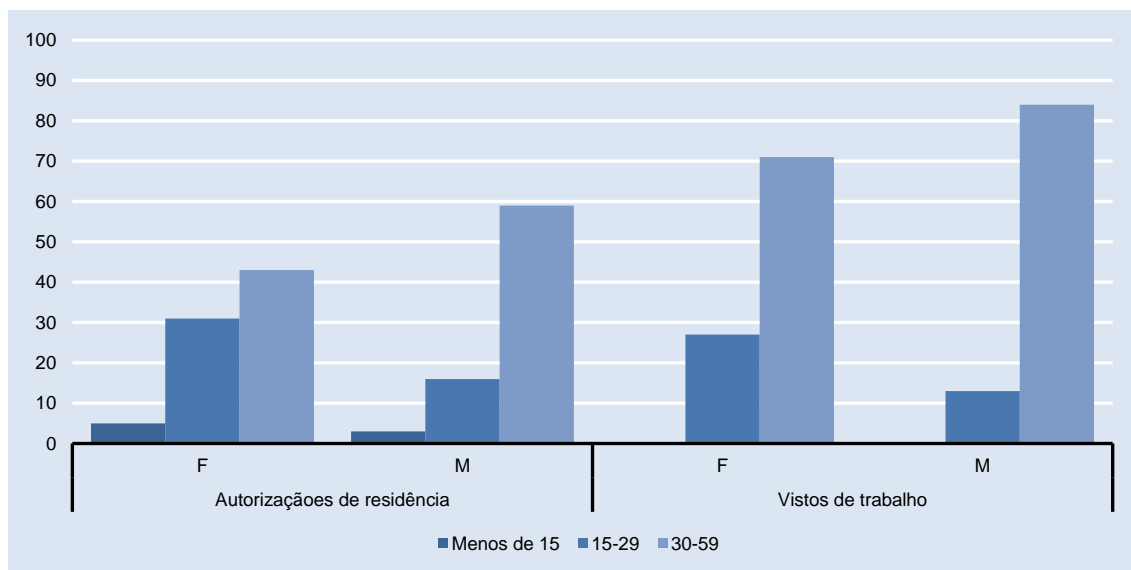
Gráfico 4 Idade média de pedidos de vistos de portugueses residentes no Brasil



Nota: Para o ano de 2013, a idade média de pedidos de vistos foi apenas contabilizada até ao 3º trimestre.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil.

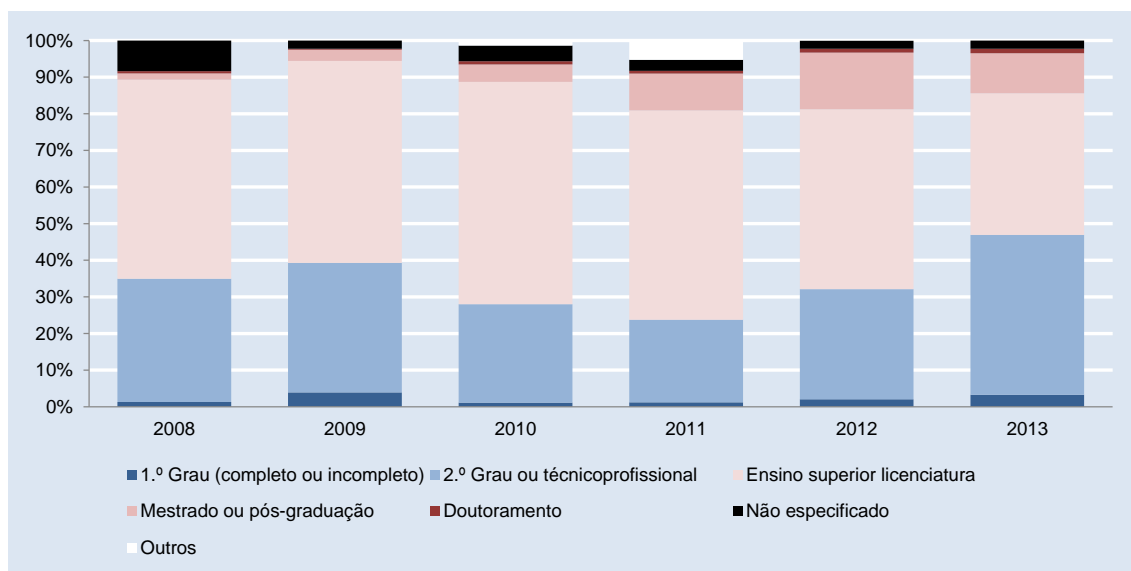
Gráfico 5 Naturais de Portugal com autorização de residência, 2000-2014, e com autorizações de trabalho, 2008-2013, no Brasil, por grupo etário, segundo o sexo



Nota Para o ano de 2014, os valores de autorizações de residência foram apenas contabilizados até novembro. Para o ano de 2013, os valores das autorizações de trabalho são contabilizados apenas até ao 3º trimestre. Apenas considerados os registos ativos das autorizações de residência.

Fonte Polícia Federal do Brasil e Ministério do Trabalho e Emprego.

Gráfico 6 Emigrantes portugueses no Brasil, por qualificação, segundo o ano de entrada, 2008-2013



Fonte Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil.

2 Stocks da população emigrada

Há uma disparidade considerável entre fontes no que se refere à dimensão do *stock* de portugueses a residir no Brasil. O Censo de 2010 contabilizava 137.973 indivíduos nascidos em Portugal, o que, portanto, incluía emigrantes eventualmente naturalizados brasileiros.

A Polícia Federal, no entanto, tinha registo de 329.199 portugueses residentes no Brasil em 2011, segundo a Embaixada de Portugal no Brasil¹⁰. Por sua vez, os registos consulares¹¹ apresentavam valores ainda mais discrepantes: em 2010, 406.242 nascidos em Portugal e 552.264 nacionais portugueses (inclui descendentes de portugueses); e em 2011, 425.449 nascidos em Portugal e 546.713 nacionais portugueses (ver Quadro 1).

Se, por um lado, o recenseamento populacional é realizado por método de amostra, o que pode influenciar alguma (menor) representatividade da população de origem portuguesa, os restantes dados deverão pecar por excesso, devido à ausência de mecanismos de cancelamento dos registos efetuados, em caso de óbito ou de remigração, o que é agravado pela liberdade de movimentação de que os portugueses dispõem (dispensa de visto).

Dada a longa tradição da emigração portuguesa para o Brasil existia, à data do Censo mais recente (2010), um quantitativo de portugueses muito superior ao fluxo registado nos anos mais recentes, próximo de 138 mil pessoas. Este valor representa uma forte queda face aos 213.203 nascidos em Portugal detetados pelo Censo de 2000 e aos 263.609 no Censo de 1991, o que se justifica pelo envelhecimento das anteriores vagas de emigração (Quadro 1).

Mais de 90% dos portugueses registados pelo Censo de 2010 tinham chegado ao Brasil antes de 1990 (126.352), reflexo da tradição de emigração nacional durante o século XX, com destaque, no caso do Brasil, para a que ocorreu na década de 1950 (gráfico 7).

As décadas seguintes foram, conforme referido antes, de extremo declínio dos fluxos de portugueses. Dos 4431 chegados na década de 1990, já só perto de 2000 se mantinham no Brasil em 2010.

¹⁰ <http://www.embaixadadeportugal.org.br/comunidade.php> (consultado em 28 de março de 2018).

¹¹ <http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/paises.html?id=31> (consultado em 28 de março de 2018).

2.1 Caracterização dos inquiridos

Os dados do Censo de 2010 mostram que há uma proporção equilibrada de homens e mulheres entre os chegados ao Brasil antes de 1990 e que ainda estavam no país em 2010. Porém, quanto mais recente é o período de fixação, maior é o peso dos homens – 57% para os entrados na década de 1990, 64,9% para os entrados na primeira década deste século – o que condiz com a intensa masculinização dos fluxos contemporâneos.

O perfil etário do *stock* total (gráfico 8) reflete também o forte envelhecimento inerente ao peso dos que se fixaram no país em meados do século passado. Por outro lado, os que chegaram já na década passada apresentam uma elevada proporção de crianças com menos de 14 anos (37,2%), algum peso dos jovens com idades entre 15 e 29 anos (12,1%) e uma forte preponderância do grupo com idades entre 30 e 64 anos (43,4%).

O importante peso das crianças no *stock* que chegou ao Brasil após 2000 deverá ser explicado, parcialmente ao menos, pelo retorno de imigrantes brasileiros que residiam em Portugal, país em que os filhos nasceram e que resultou na resposta de Portugal como país de origem no questionário de recenseamento.

Outro aspeto relevante é o facto de pouco mais de 40% dos recenseados que se estabeleceram na década de 2000 terem entre 30 e 64 anos quando chegaram ao Brasil, e 7,3% terem já 65 anos ou mais. A idade de partida apresenta, pois, um atraso relativamente ao que se verificara nas gerações anteriores de migrantes, em que se deixava o país em fases da vida mais precoces.

Os dados sobre a idade dos portugueses à chegada ao Brasil refletem provavelmente três tendências:

- por um lado, começou a ser comum emigrar para trabalhar numa idade mais avançada do que há algumas décadas, reflexo de uma inserção mais tardia na vida ativa devido ao prolongamento dos estudos, ou da falta de obtenção de estabilidade profissional em Portugal num contexto de precariedade crescente e de empobrecimento salarial;
- por outro lado, o significativo envelhecimento da população portuguesa aumenta a probabilidade de se emigrar em fases mais avançadas da vida, sobretudo em períodos em que se deterioram as condições laborais e aumenta o desemprego;
- finalmente, e também no quadro geral de envelhecimento da população nacional, alguns portugueses começaram a emigrar na reforma, para climas mais do seu agrado e/ou com custos de vida mais baixos, como será o caso do Brasil.

2.2 Níveis de escolarização

A escolarização¹² dos portugueses residentes no Brasil tem sido, no global, bastante baixa, atendendo até aos baixos padrões da escolarização dos portugueses no contexto europeu: quase metade do *stock* em 2010 não tinha concluído o ensino fundamental (que corresponde ao 9º ano de escolaridade em Portugal), reflexo do perfil envelhecido desta população.

Naturalmente, os que se foram fixando mais recentemente apresentam níveis de escolarização mais elevados. Assim, entre os chegados ao Brasil depois de 2000, mais de um terço têm um grau completo do ensino superior, e apenas 14% não concluíram o ensino fundamental (gráfico 9). Relembre-se que a taxa correspondente identificada através da análise às autorizações de trabalho (MTE) foi no máximo de 4%, o que parece confirmar o viés de sub-representação dos menos qualificados nessa fonte.

Neste grupo de emigrantes recentes, começa a ter significado a proporção dos que frequentaram mestrados (3,7%) e doutoramentos (2,5%), sobretudo face aos valores registados entre a população mais antiga. Isto mostra que a emigração de portugueses qualificados é uma tendência que se registava já desde antes de a crise se ter agravado no país.

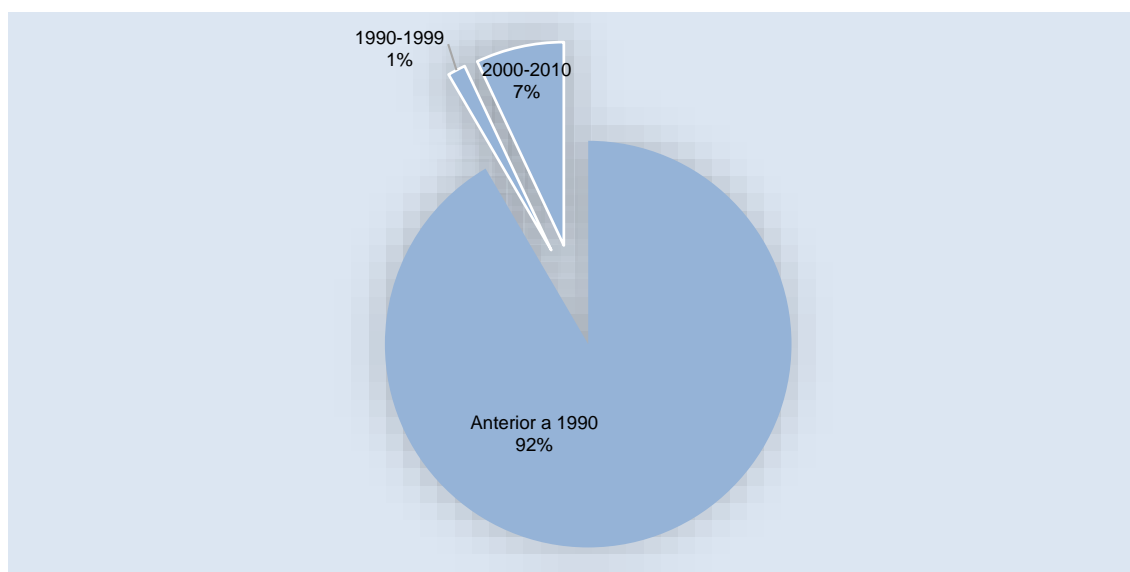
[quadros, gráficos e mapas nas páginas seguintes]

¹² Na análise aos níveis de instrução, são considerados apenas os imigrantes com 15 ou mais anos.

Quadro 1 Quadro 6 Emigrantes portugueses ou nascidos em Portugal residentes no Brasil, 1990-2013: comparação de fontes

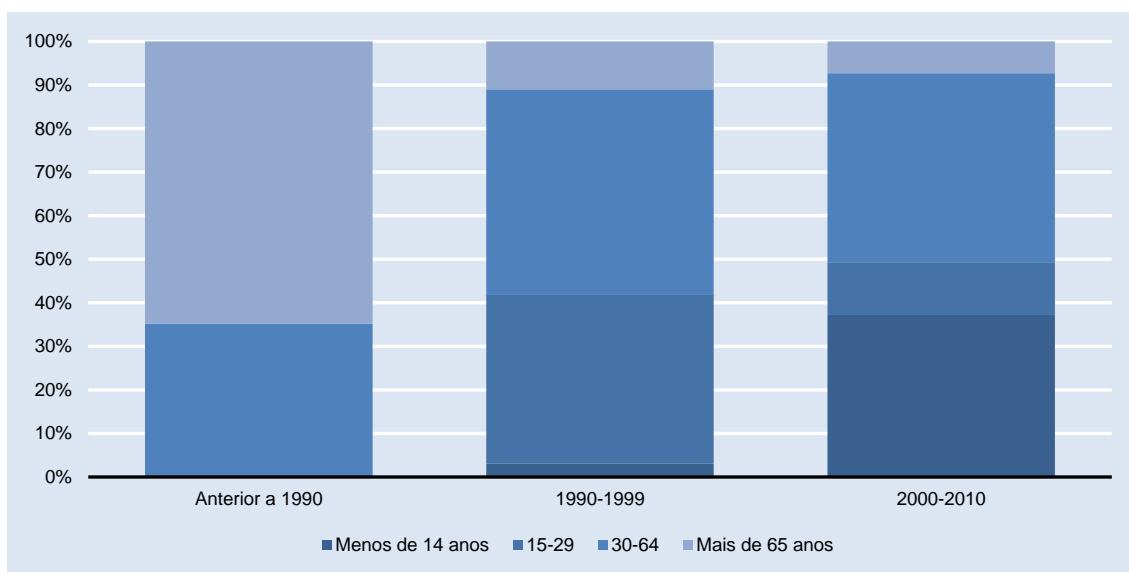
Fonte	1990	1991	2000	2008	2009	2010	2011	2012	2015	2017
Censo do IBGE (nascidos em Portugal)	..	263 609	213 203	137 973
Polícia Federal do Brasil (Embaixada de Portugal no Brasil)	329 199
Registos Consulares (total de portugueses)	493 227	524 847	552 264	546 713	558 737
Registos Consulares (nascidos em Portugal)	384 225	394 026	406 242	425 449	425 396
Projeções ONU (nascidos em Portugal)	274 924	..	213 713	136 775	164 705	169 069

Fonte IBGE, Censo 2010; Embaixada de Portugal no Brasil (Dados da Polícia Federal do Brasil); Observatório da Emigração (Registos Consulares); United Nations, Department of Economic and Social Affairs. Population Division (2017). Trends in International Migrant Stock: The 2017 revision (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/Rev.2017) (Projeções da ONU).

Gráfico 7 Nascidos em Portugal residentes no Brasil, por período de chegada

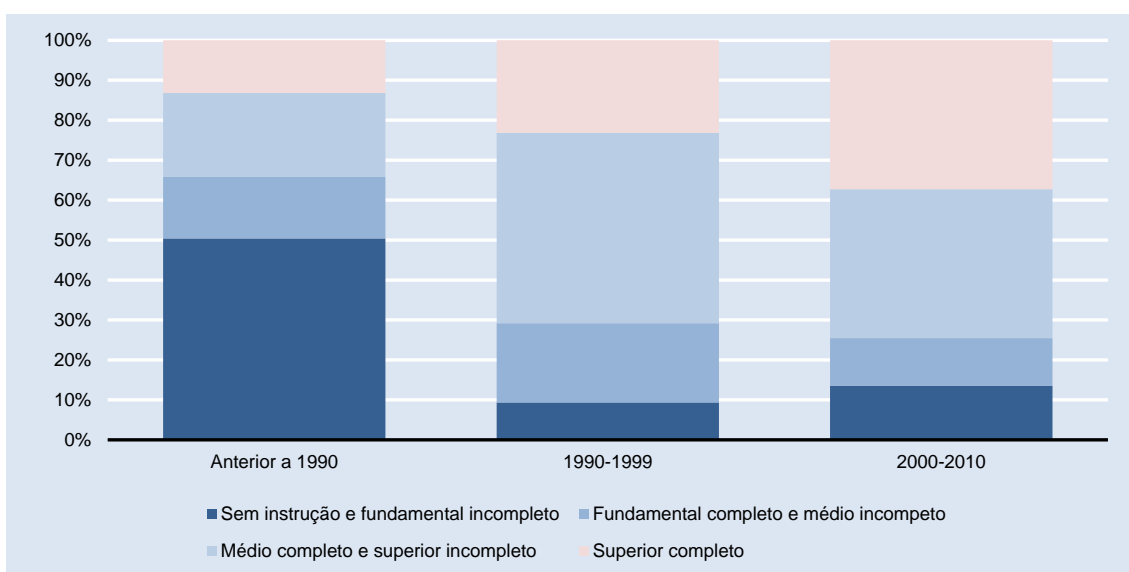
Fonte IBGE, Censo 2010.

Gráfico 8 Nascidos em Portugal residentes no Brasil, por período de chegada, segundo o grupo etário



Fonte IBGE, Censo 2010.

Gráfico 9 Nascidos em Portugal residentes no Brasil, por grau de instrução, segundo o período de chegada



Fonte IBGE, Censo 2010.

3 Distribuição geográfica

A distribuição geográfica dos portugueses emigrados mais recentemente para o Brasil reflete, em grande medida, a própria geografia económica deste país, pois a maioria tem partido à procura de oportunidades de trabalho, conforme decorre da coincidência entre a intensidade dos fluxos e períodos mais deprimidos ou mais expansionistas da economia portuguesa.

Ao longo dos primeiros dez anos deste século, os portugueses dirigiram-se sobretudo para a Região Sudeste (ver Mapa 1 e Quadro 2), onde se localizam São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – estes três estados federados receberam 46,2% dos naturais de Portugal que se instalaram no Brasil nesse período. São os três estados mais povoados do Brasil e os principais do Sudeste, a região com mais população e que concentra os principais centros económicos do país. O quarto maior estado de destino da emigração portuguesa neste período foi o Paraná (7,5%), a sul de São Paulo.

A emigração portuguesa na primeira década do século foi muito masculinizada (64,9% de homens), segundo os dados do Censo de 2010, sobretudo a que se dirigiu para alguns estados da Região Nordeste, como a Paraíba, Pernambuco ou Bahia¹³ (ver gráfico 10). Em contrapartida, encontra-se uma (relativamente) menor percentagem de homens em Brasília (44%), seguindo-se de Santa Catarina (57,8%) e Minas Gerais (58,9%).

Parece haver tendencialmente mais homens entre os emigrantes que se dirigiram para estados menos desenvolvidos, do ponto de vista socioeconómico, do que entre os que se estabeleceram nas regiões mais prósperas do Sudeste e do Sul. O Ceará é uma exceção, o que deverá estar relacionado com a propensão, que surgia na transição do século, para a compra de segundas habitações junto à praia, em Fortaleza e áreas próximas.

Esta explicação ajusta-se também ao perfil dos grupos etários nos estados em análise (gráfico 11): no Ceará e na Bahia, a população com mais de 65 anos tinha maior peso do que nos restantes estados, acontecendo o mesmo com o grupo dos 55 aos 64 anos, o que poderá indicar a presença de pessoas que se reformaram antecipadamente ou já o início de uma tendência de emigração tardia. Inversamente, nalguns estados, o peso das crianças com menos de 15 anos era muito mais elevado do que nos restantes. Isto era particularmente evidente em Minas Gerais, onde mais de 60% dos nascidos em Portugal chegados entre 2000 e 2010 estavam neste escalão etário.

¹³ Na análise da distribuição territorial dos emigrados entre 2000 e 2010 são considerados apenas os 10 estados com mais naturais de Portugal chegados neste período; e em algumas variáveis, apenas os estados com mais de 500 naturais de Portugal chegados neste período.

Um valor tão elevado indicia que poderão estar aqui contabilizados filhos de brasileiros que estiveram emigrados em Portugal e que foram depois para o Brasil, como já foi referido, eventualmente acompanhando o retorno dos pais ao país – até porque se sabe que há uma tradição de emigração de Minas Gerais para Portugal. Espírito Santo, Goiás, Paraná e Santa Catarina também tinham uma elevada proporção de menores de 15 anos entre os nascidos em Portugal.

Brasília e alguns estados do Nordeste destacam-se por terem uma sobre-representação do grupo com 25 a 54 anos. Inversamente, no Sudeste e no Sul há menor peso do grupo dos 25 aos 54 anos; conjugando isto com o já referido maior peso das crianças e menor masculinização, nestes estados estamos aparentemente na presença de uma emigração com maior peso de agregados familiares com filhos e, parcialmente, de retornos.

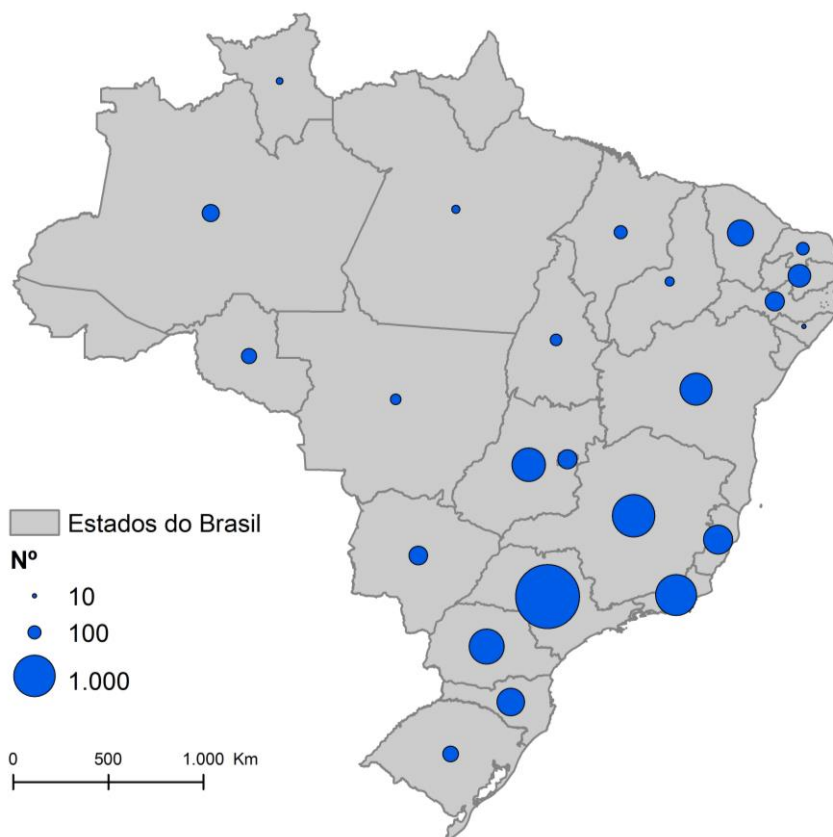
Os dados relativos aos níveis de instrução por estado de destino (gráfico 12) não permitem tirar conclusões sobre algum tipo de padrão territorial. O estado onde havia uma maior percentagem de emigrantes portugueses recentes com qualificações de nível superior era a Paraíba (55,2%), no Nordeste. Seguiam-se São Paulo, Brasília e Rio, o que é expectável, dado tratar-se da capital e dos principais polos económicos. Os estados onde havia mais portugueses que nem o nível “fundamental” (equivalente ao 9º ano português) tinham concluído eram Minas Gerais, Paraná e Bahia (no Sudeste, Sul e Nordeste, respetivamente).

É de notar que em Minas há uma situação atípica: maior percentagem de mulheres com ensino superior do que homens, quando nos outros principais estados de destino recente há uma maior percentagem de mulheres que não concluíram o ensino “fundamental”.

Quanto ao nível de instrução por escalão etário nos principais estados de destino, percebe-se que em São Paulo o grupo dos 25-53 anos é o que tem maior peso de pessoas com um curso superior. Contudo, em Minas e no Rio é entre os mais idosos que é mais comum encontrar portugueses com este nível de instrução.

[quadros, gráficos e mapas nas páginas seguintes]

Mapa 1 Portugueses chegados ao Brasil entre 2000 e 2010



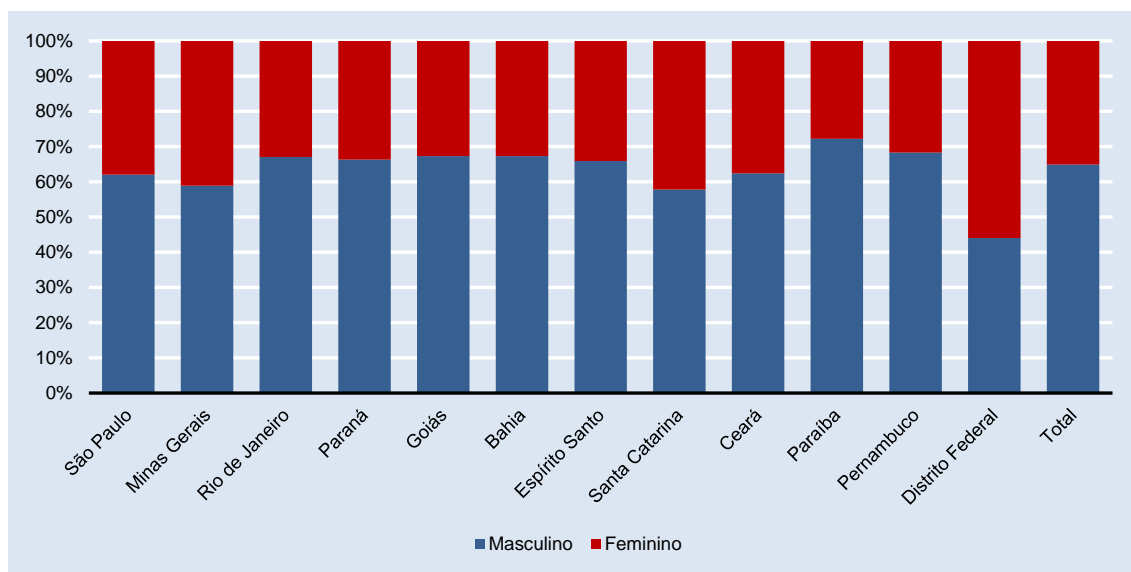
Fonte IBGE, Censo 2010.

Quadro 2 Nascidos em Portugal residentes no Brasil, por estado de fixação, entre 2000-2010

Estado	N	%	% acumulada
São Paulo	2392	24.8	24.8
Minas Gerais	1069	11.1	35.9
Rio de Janeiro	996	10.3	46.2
Paraná	723	7.5	53.7
Goiás	667	6.9	60.6
Bahia	602	6.2	66.8
Espírito Santo	496	5.1	71.9
Santa Catarina	448	4.6	76.5
Ceará	396	4.1	80.6
Paraíba	295	3	83.6

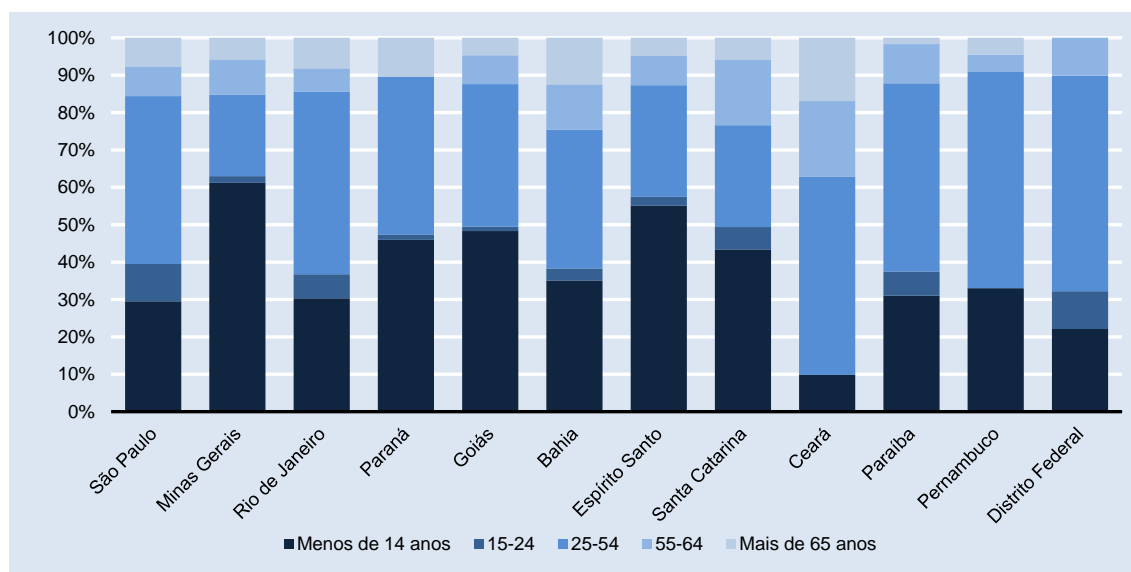
Fonte IBGE, Censo 2010.

Gráfico 10 Nascidos em Portugal residentes no Brasil, por estado de fixação, segundo o sexo, entre 2000-2010



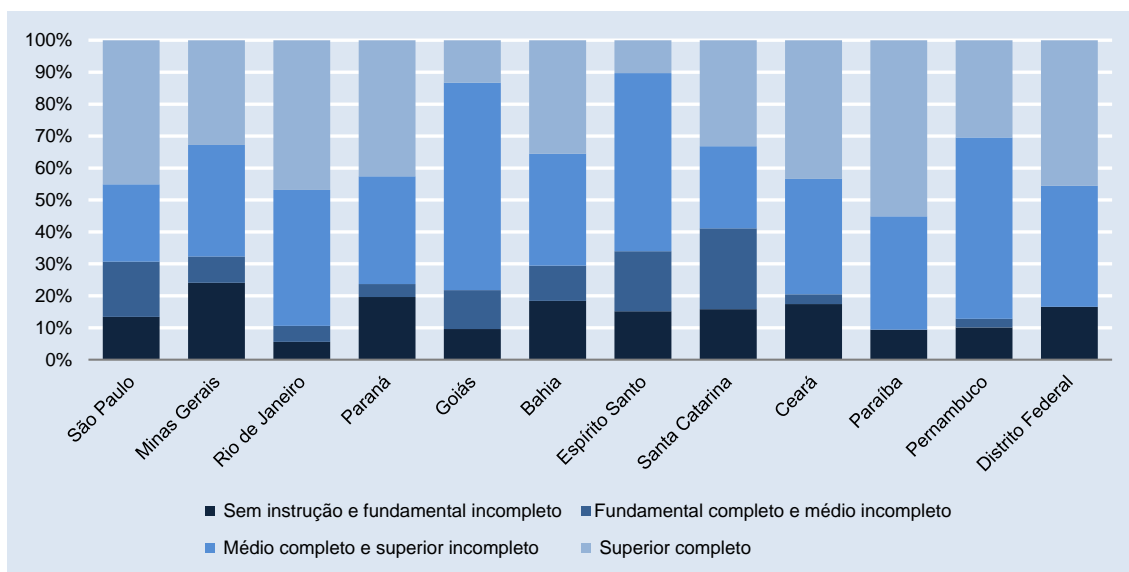
Fonte IBGE, Censo 2010.

Gráfico 11 Nascidos em Portugal residentes no Brasil, por estado de fixação, segundo o grupo etário, entre 2000-2010



Fonte IBGE, Censo 2010.

Gráfico 12 Nascidos em Portugal residentes no Brasil, por estado de fixação, segundo o grau de instrução



Fonte: IBGE, Censo 2010.

4 Integração económica

Menos de um terço (31,3%) dos naturais de Portugal residentes no Brasil trabalhavam à data do Censo de 2010 (gráfico 13), resultado do peso da população com mais de 65 anos. Contudo, entre os grupos mais recentes, os valores eram bastante superiores – 55,9% entre os que chegaram na década de 1990, 44,3% entre os que chegaram entre 2000 e 2010.

A taxa de atividade dos que se fixaram no novo milénio apresentava-se consequentemente mais baixa do que a taxa nacional do Brasil (53,3%)¹⁴ e de Portugal (54,6%)¹⁵, nesse ano. O fato de o grupo que se instalou no Brasil na década de 1990 ter uma maior proporção de pessoas que trabalham do que o que se instalou na década de 2000 pode resultar de uma presença mais prolongada no Brasil lhe permitir uma melhor inserção na sociedade brasileira e, por isso, também melhor inserção profissional.

É natural que, entre os chegados mais recentemente ao país, houvesse uma maior proporção de pessoas ainda à procura de trabalho, ou que aceitaram empregos fora da área de trabalho onde pretendem atuar e, por isso, que houvesse mais desemprego de curta duração inerente a essa flexibilidade.

Esta leitura tem, no entanto, limitações, pois a percentagem dos que procuravam emprego no momento do Censo era muito semelhante entre estes dois grupos (9% e 10%, respetivamente). Uma explicação adicional é o maior peso de solteiros entre os que chegaram na década de 1990 e o maior peso de casados entre os que chegaram na década de 2000, sendo possível que tal aumente o número de doméstica(o)s entre estes últimos.

O estatuto dos portugueses no trabalho (gráfico 14) caracteriza-se por serem maioritariamente trabalhadores por conta própria (41,5%) ou empregadores (16,2%). Os empregados no sector privado (36,4%) eram pouco mais de um terço desta força de trabalho, onde os funcionários públicos e os militares tinham um peso reduzido.

Tal como na generalidade das variáveis, esta repartição reflete sobretudo o peso preponderante dos emigrados antes de 1990, cuja repartição no estatuto perante o trabalho era semelhante à do conjunto dos emigrados. A diferença mais significativa face aos chegados nas décadas de 1990 e de 2000 registava-se no muito maior peso, entre os últimos, dos empregados com carteira de trabalho assinada (em torno de 40%, face a 24% para os

¹⁴ Segundo dados do IBGE (Vieira, 2011).

¹⁵ Segundo dados do INE e PORDATA.

Cf.: [http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+emprego+total+e+por+sexo+\(percentagem\)-549](http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+emprego+total+e+por+sexo+(percentagem)-549)

emigrantes mais antigos), e do muito menor peso dos trabalhadores por conta própria e dos empregadores (cerca de dez pontos percentuais abaixo dos valores relativos aos chegados antes de 1990).

A população de origem portuguesa residente no Brasil em 2010 apresentava, em geral, um nível de vida relativamente elevado (Quadro 3), com um rendimento mensal médio (3522 reais) mais de duas vezes superior à média brasileira (1345 reais). O rendimento médio era mais elevado entre os portugueses que se fixaram no período 2000-2010 (4475 reais), seguindo-se os que se fixaram antes de 1990 (3476 reais).

Estranhamente, o rendimento médio da população fixada na década de 1990 (2532 reais) era bastante inferior ao dos restantes dois grupos, apesar de o seu perfil ser mais qualificado do que o das gerações que a precederam. Note-se que a emigração mais tradicional para o Brasil (de meados do século passado) estava muito associada a atividades de pequeno comércio muito intensivas em mão-de-obra pouco qualificada, mas que permitiam rendimentos relativamente elevados.

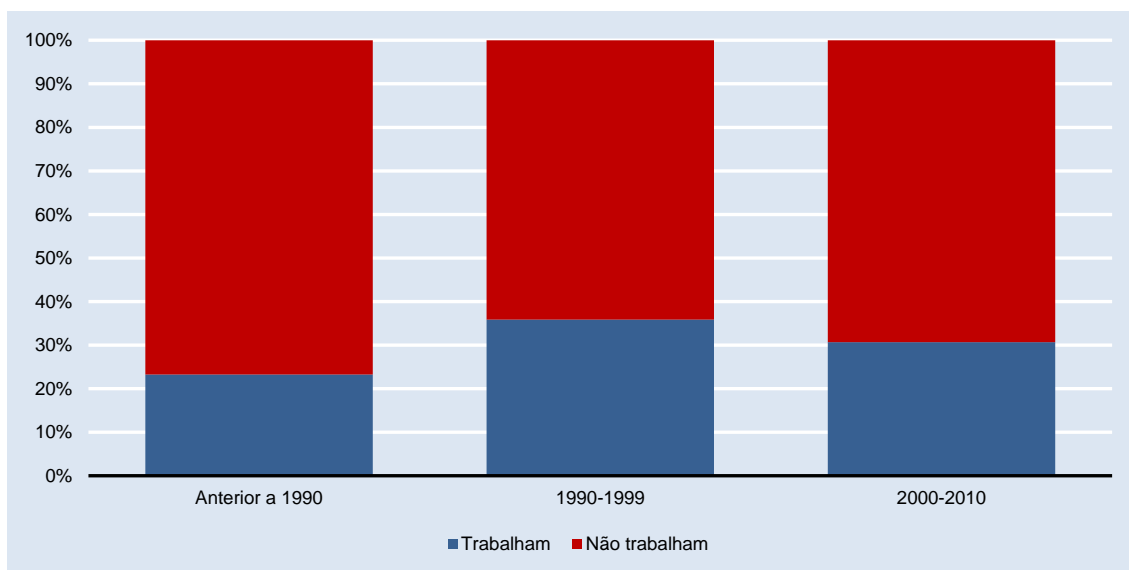
Isto poderá explicar que os trabalhadores mais qualificados que chegaram depois tenham um rendimento mais baixo, mas a questão é mais complexa, porque os chegados a partir de 2000 já apresentam um rendimento mais elevado do que os chegados antes de 1990.

Os dados disponíveis não permitem avançar uma explicação segura para esta discrepância. Parece, no entanto, claro, que a emigração para o Brasil na década de 1990 foi mais “pobre” (ou menos “abastada”) do que a dos períodos anterior e posterior.

Dado que os anos 1990 foram um período relativamente próspero em Portugal – o que explica também um número de chegadas mais reduzido do que nos outros períodos – é razoável admitir que os que emigraram para o Brasil o fizeram por razões familiares (casamentos entre portugueses e brasileiros, reunião com familiares que já lá viviam...), ou porque em Portugal não encontravam uma situação satisfatória por algum motivo particular. E, neste contexto, as pessoas com profissões mais bem remuneradas em Portugal não sentiriam em regra necessidade de emigrar, ao contrário do que aconteceu mais recentemente, pelo menos entre os mais jovens.

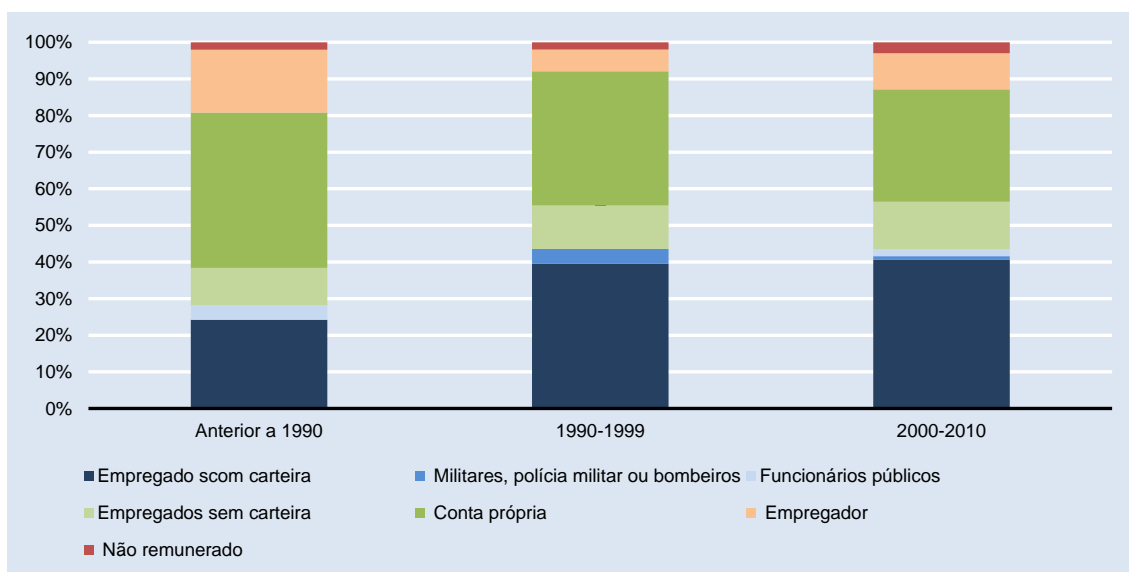
[quadros, gráficos e mapas nas páginas seguintes]

Gráfico 13 Taxa de emprego dos nascidos em Portugal residentes no Brasil, por período de chegada, segundo a situação perante o trabalho



Fonte IBGE, Censo 2010.

Gráfico 14 Nascidos em Portugal residentes no Brasil, por período de chegada, segundo o estatuto no trabalho



Fonte IBGE, Censo 2010.

Quadro 3 Rendimento médio dos portugueses residentes no Brasil, por período de chegada

Período de chegada	Rendimento (reais)
Antes de 1990	3,476.52
1990-1999	2,532.29
2000-2010	4,475.17
Rendimento médio dos portugueses	3,521.69
Rendimento médio nacional no Brasil	1,345.00

Nota Maiores de 14 anos.

Fonte IBGE, Censo 2010.

5 Remessas

O montante de remessas dos portugueses emigrados no Brasil é muito limitado, e pesa muito pouco no conjunto das remessas dos emigrantes portugueses para o país, cujo montante anual, desde o início do século, oscilou entre perto de 2300 milhões e 3750 milhões de euros¹⁶. A reduzida dimensão das remessas, face ao número de portugueses no país, relaciona-se certamente com o facto de a sua grande maioria, chegada há décadas ao Brasil, se ter radicado neste país e ser parca de projetos de retorno a Portugal, ao contrário do que se tem passado com a emigração para a generalidade dos países europeus.

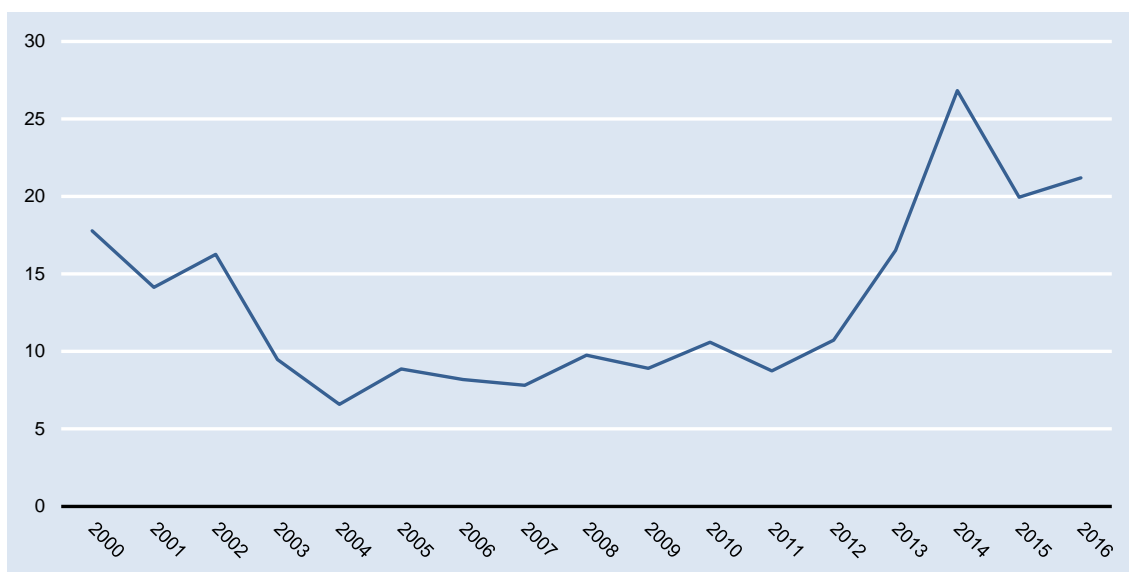
A curva das remessas dos emigrantes no Brasil para Portugal desde o início deste século inicia-se num valor próximo de 18 milhões de euros em 2000, descendo abruptamente até perto de 6,8 milhões em 2004. Desde então, houve um período de ligeira subida, com oscilações, até 2011, com remessas anuais em torno de 10,6 milhões de euros em 2010. Após uma queda em 2011, regista-se uma subida a pique, para 26,8 milhões de euros em 2014, seguida de uma queda em 2015, e de novas subidas em 2016 e 2017.

Por estarmos em presença de montantes relativamente pequenos, é natural a existência frequente de oscilações em torno das tendências de fundo. As variações significativas são a queda no início do período em análise, para menos de metade, e a subida após 2010, para mais do dobro. Este último movimento relaciona-se com o recrudescimento da corrente migratória para o Brasil na sequência da crise de 2008 e do resgate e intervenção da *Troika* (Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional) em 2011.

[quadros, gráficos e mapas nas páginas seguintes]

¹⁶ <http://observatorioemigracao.pt/np4/1315/>, consultado em 29 de março de 2018.

Gráfico 15 Remessas do Brasil recebidas em Portugal, 2000-2017



Nota Milhões de euros, a preços correntes.

Fonte Banco de Portugal, através do Observatório da Emigração.

6 Naturalização e trajetória migratória

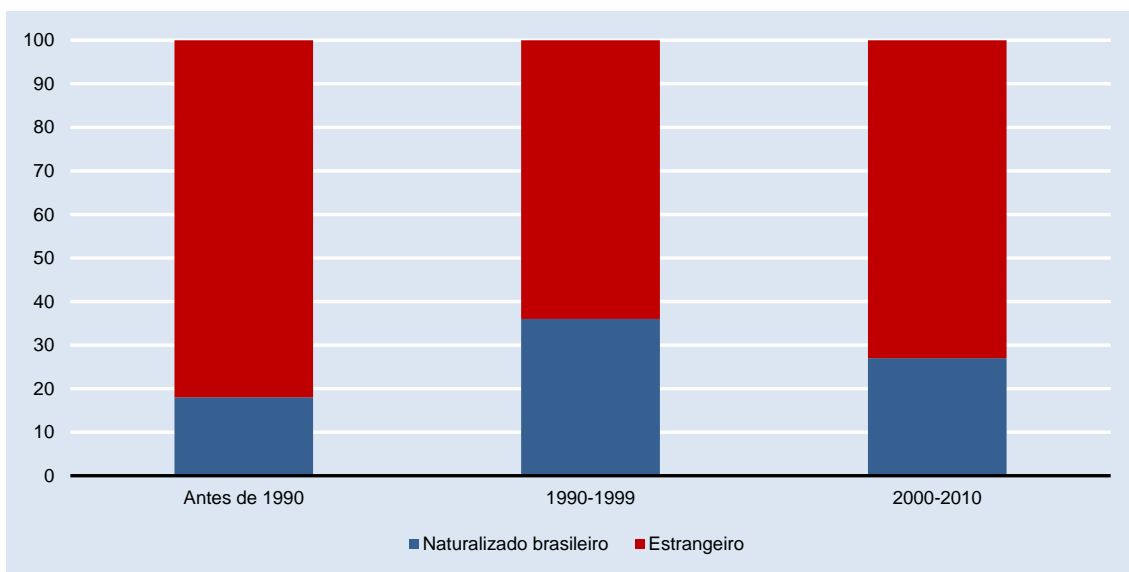
Os nascidos em Portugal que residiam no Brasil em 2010 apresentam na sua esmagadora maioria (80,8%) nacionalidade portuguesa (gráfico 16). Os restantes 19,2% são naturalizados brasileiros. A taxa de naturalização é mais baixa entre os que chegaram antes de 1990 (18%), atingia 36% entre os que se fixaram na década de 1990, e era de 27% nos chegados mais recentemente, entre 2000 e 2010 (ver gráfico 16).

Note-se que 12% da população de naturalidade portuguesa que se estabeleceu neste período no Brasil reemigrou a partir de outros países, que não Portugal (gráfico 17). Trata-se de quase mil pessoas que residiam sobretudo em países europeus (Itália, Reino Unido, França), mas também na América do Norte e do Sul e nalguns PALOP, antes de se fixarem no Brasil.

Apesar de esta diversidade de origens se repercutir numa percentagem reduzida dos fluxos recentes, constitui sinal da afirmação de um movimento de circulação internacional dos emigrantes portugueses, já identificado a partir de outras fontes, nomeadamente o Censo português de 2011 (cf. **Peixoto et al.**, no prelo) e corrobora a hipótese de um sistema migratório lusófono cada vez mais dinâmico e interdependente (Góis & Marques, 2009; Marques & Góis, 2012).

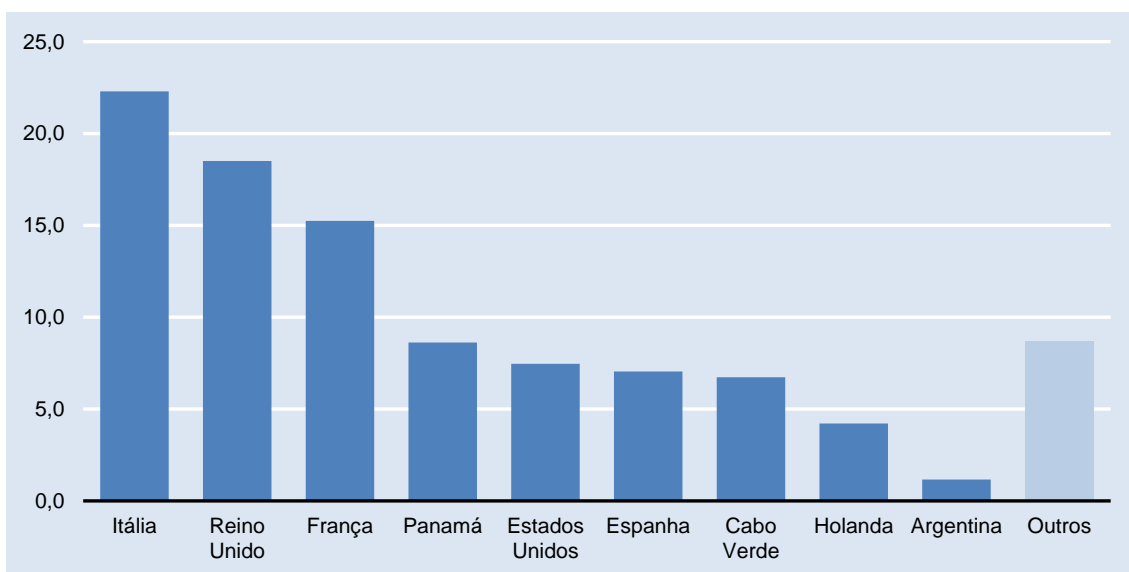
[quadros, gráficos e mapas nas páginas seguintes]

Gráfico 16 Nascidos em Portugal residentes no Brasil, por período de chegada, segundo a nacionalidade



Fonte IBGE, Censo 2010.

Gráfico 17 Portugueses residentes no Brasil por país de residência anterior, excepto Portugal (reemigração), 2010



Fonte IBGE, Censo 2010.

7 Aspetos a reter

A emigração recente de portugueses para o Brasil, apesar de ter uma dimensão desconhecida, tem algumas características que se podem identificar a partir da informação estatística disponível. Com base nos pedidos de visto de trabalho, sabe-se que houve uma intensificação das saídas para o Brasil, sobretudo desde a crise financeira e da “intervenção” da *Troika*.

Este recrudescimento, em que o pedido de vistos de trabalho quase quadruplicou entre 2010 e o terceiro trimestre de 2013, aconteceu já na sequência de um aumento da emigração para o Brasil na primeira década deste século, para próximo de dez mil pessoas segundo os dados do Censo 2010 do IBGE e de cerca de 33.300 no período 2000-2014 (novembro), segundo os registos ativos da Polícia Federal.

Este fluxo mais recente de emigrantes que pedem vistos de trabalho é constituído sobretudo por homens (em geral, acima dos 85%), com uma idade média em torno dos 40 anos. Mais de metade deste contingente detinha um grau de ensino superior, o que, associado à taxa ínfima de pedidos por parte de emigrantes sem o ensino básico completo, permite concluir que os que vão trabalhar para o Brasil mais recentemente são sobretudo qualificados, técnica e/ ou academicamente, o que não exclui a ida também de trabalhadores menos qualificados, em particular em regimes de circulação mais informal.

O fluxo mais recente foi alimentar um *stock* de portugueses no Brasil cuja dimensão é assunto controverso, pois segundo as diferentes fontes disponíveis pode variar entre perto de 140 mil e mais de meio milhão (ver Quadro 1). A dificuldade em contabilizar com rigor o número de portugueses residentes no Brasil prende-se com a liberdade com que estes podem entrar e permanecer no país durante alguns meses sem obrigação de informar as autoridades e a forte informalidade no mercado laboral local.

O efeito óbvio da nova vaga de emigração portuguesa para o Brasil é o de algum rejuvenescimento do *stock*, que segundo o Censo 2010 brasileiro era então constituído em mais de 90% por população chegada antes de 1990 e, por isso, envelhecida.

O rendimento dos portugueses que se fixaram no período 2000-2010 era próximo de 4500 reais mensais, bastante superior quer aos 1345 reais do conjunto da população brasileira. Os dados do Censo 2010 mostram também que a tendência de maior escolarização dos portugueses emigrados mais recentemente no Brasil vinha já desde a década de 1990 e se acentuou no século XXI, acompanhando a progressiva maior escolarização da população nacional.

Outra diferença dos portugueses chegados mais recentemente ao Brasil é uma maior proporção de população empregada por conta de outrem, face a uma maior proporção de

trabalhadores por conta própria e de empregadores na população chegada antes de 1990. Os dados sobre as profissões mais exercidas pelos portugueses no Brasil mostram também um predomínio de atividades qualificadas entre os chegados entre 2000 e 2010.

Os dados relativos aos pedidos de vistos para trabalho entre 2008 e o terceiro trimestre de 2013 coincidem com os do Censo 2010 do IBGE quanto ao perfil qualificado e instruído da emigração portuguesa recente para o Brasil, revelando também que boa parte ia exercer atividade em sectores de especialização com uma intensidade intermédia em tecnologia e conhecimento, em linha com o padrão de especialização da economia do Brasil. Entre os sectores para os quais eram formulados mais pedidos havia também alguns de especialização elevada, pontuados por alguns de menor exigência de qualificações, o que confirma a ideia de que se trata de um fluxo diversificado.

Recorde-se que os dados relativos a estes vistos refletem apenas uma parte da realidade dos portugueses que emigram para o Brasil – em princípio mais qualificados e envolvidos com empresas com uma estrutura robusta – e que, para cerca de metade dos casos não há informação sobre as atividades económicas em que estes profissionais iriam trabalhar.

Outro aspeto relevante é que a percentagem de portugueses com um grau de ensino superior à licenciatura atingiu uma expressão significativa, superando 6% entre os chegados ao Brasil na primeira década do século e 10% nos anos mais recentes, no caso dos pedidos de vistos.

A distribuição geográfica dos portugueses emigrados entre 2000 e 2010 reflete em grande medida a geografia económica do Brasil, tendo-se concentrado sobretudo na Região Sudeste, onde se localizam São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – estes três estados federados receberam 46,2% dos naturais de Portugal que se instalaram no Brasil nesse período, segundo o Censo 2010.

Se forem considerados os dados dos pedidos de vistos de trabalho, a concentração em São Paulo e no Rio é ainda superior, representando respetivamente cerca de 40% e 20% dos pedidos em cada ano. Isto reflete o facto de estarmos na presença de uma emigração sobretudo por razões económicas, surgindo os estados mais ricos do sul do Brasil também com alguma expressão como locais de destino.

Em paralelo, houve uma corrente com alguma expressão para o Nordeste, onde no Ceará e na Bahia se deteta um perfil demográfico compatível com o de população que emigrou para gozar a reforma num país mais quente e com menor custo de vida. Estes dois estados evidenciam-se quer nos dados do Censo 2010 quer nos relativos a pedidos de vistos, por estarem entre os principais destinos dos portugueses que emigraram no período em análise.

Referências bibliográficas

- Baganha, M. I., & Pedro Góis. (1998). Migrações internacionais de e para Portugal. O que sabemos e para onde vamos? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 229–280.
- Candeias, P., Ferreira, B., & Peixoto, J. (2014). Emigração Portuguesa: o que temos vindo a estudar e o que nos falta saber - Uma análise bibliométrica entre 1980 e 2013. *População e Sociedade*, 22, 11–32.
- Fernandes, D. M., Castro, M. da C. G. de, & Knup, S. P. (2013). Espanhóis e Portugueses no Brasil: a migração recente. Em *Migração Brasil - Europa. A situação dos migrantes brasileiros na Espanha e Portugal e de portugueses e espanhóis no Brasil: aspectos legais e vivências* (pp. 225–270). Viena: International Centre for Migration Policy Development (ICMPD).
- Fernandes, D. M., & Faria, N. A. (2015). A imigração recente dos portugueses para o Brasil: notas preliminares. Em *Vagas Atlânticas - Migrações entre Brasil e Portugal no início do século XXI* (Vol. Peixoto, J.; Padilla, B.; Marques, José Carlos; Góis, P. (orgs.), pp. 177–192). Lisboa: Mundos Sociais.
- Finotelli, C., Diego Acosta, Duval Magalhães Fernandes, João Peixoto, Luisa Belchior, Maria da Consolação Gomes de Castro, ... Thais França da Silva. (2013). *Migração Brasil - Europa. A situação dos migrantes brasileiros na Espanha e Portugal e de portugueses e espanhóis no Brasil: aspectos legais e vivências*. Viena: International Centre for Migration Policy Development (ICMPD).
- Góis, P., & Marques, J. C. (2009). Portugal as a semiperipheral country in the global migration system. *International Migration*, 47, 19–50.
- Marques, J. C., & Góis, Pedro. (2014). A emigração portuguesa contemporânea e o Estado: uma Nação dispersa, um Estado longínquo. *População e Sociedade*, (22), 55–71.
- Marques, J. C., & Góis, Pedro. (2012). A evolução do sistema migratório lusófono. Uma análise a partir da imigração e emigração portuguesa. *Revista Internacional em Língua Portuguesa - Migrações*.
- Martins, C. A. (1997). Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913). *Análise Social*, XXXII(142 (3º)), 483–535. Obtido de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221841637C1lZI0ud6Ap83SP9.pdf>
- Peixoto, J., Candeias, P., Ferreira, B., Oliveira, I. T. de, Azevedo, J., Marques, J. C., ... Santana, E. (no prelo). New emigration and Portuguese society: research gaps, new emigration patterns and incessant return. Em *Contemporary Portuguese Emigration* (Vol. Observatório da Emigração (coords.)). Lisboa: CIES.

Vieira, I. (2011). Taxa de emprego no país atinge 53,3% da população, segundo IBGE. *Agência Brasil*. Obtido de <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-07-19/taxa-de-emprego-no-pais-atinge-533-da-populacao-segundo-ibge>

OEm

Observatório da Emigração

O Observatório da Emigração é uma estrutura técnica e de investigação independente integrada no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, onde tem a sua sede. Funciona com base numa parceria entre o CIES-IUL, o Centro de Estudos Geográficos (CEG), da Universidade de Lisboa, o Instituto de Sociologia (IS-UP), da Universidade do Porto, e o Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIOUS), da Universidade de Lisboa. Tem um protocolo de cooperação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Série	OEm Country Reports, 6
Título	Brasil
Autores	Pedro Miguel Madeira, Bárbara Ferreira, Pedro Candeias, João Peixoto e Duval Fernandes
Editor	Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL
Data	Maior de 2020
ISSN	2183-8291
DOI	10.15847/CIESOEMCR062020
URI	http://hdl.handle.net/10071/20480

Como citar Madeira, Paulo Miguel, Bárbara Ferreira, Pedro Candeias, João Peixoto e Duval Fernandes (2020), "Brasil", *OEm Country Reports*, 6, Lisboa, Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL, DOI: 10.15847/CIESOEMCR062020

www.observatorioemigracao.pt



Parceiros



Centro de Estudos Geográficos
IGOT - UNIVERSIDADE DE LISBOA



Apoios



REPÚBLICA
PORTUGUESA

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS



COMUNIDADES
PORTUGUESAS